



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Edição Especial

Ano 46 – Nº 254

25 Anos da Campanha
“De Olho Aberto Para
Não Virar Escravo”
Pág. 2

Conflitos agrários,
violência e
agrobandidagem
desamazonizam a
Amazônia
Pág. 5

Garimpo ilegal e
violência na Terra
Indígena Yanomami
Págs. 6 e 7

Violência, desmonte
de políticas públicas e
pilhagem dos territórios:
o projeto nacional atual
para o campo brasileiro
Págs. 8 e 9

Economia da destruição:
escalada da violência
por “pistolagem sob
encomenda” e
“agromilícias”
Pág. 15



CONFLITOS TRABALHISTAS

25 Anos da Campanha “De Olho Aberto Para Não Virar Escravo”

No ano em que a campanha “De Olho Aberto Para Não Virar Escravo” completa 25 anos, o número de conflitos registrados e de trabalhadores resgatados batem recordes históricos. Ao todo, em atividades rurais foram registrados 169 conflitos envolvendo 2035 pessoas submetidas ao trabalho escravo, das quais 1726 foram resgatados. Os números são os maiores registrados desde 2013.

Para o Conflitos no Campo 2021, Xavier Plassat e Carolina Motoki realizam importantes reflexões sobre toda a história da campanha e da expressividade dos números registrados em 2021. Enquanto Xavier Plassat esboça uma importante análise de toda a trajetória da campanha “De Olho Aberto Para Não Virar Escravo”, Carolina Motoki questiona: “o que a exploração de trabalho escravo contemporâneo aponta sobre o mundo do trabalho de forma mais ampla? E como as ações empreendidas por diferentes atores para incidir sobre essa realidade podem revelar projetos distintos de sociedade? Haverá resistência anticapitalista possível quando se trata de combater o trabalho escravo?”

Contudo, apesar de falarmos aqui de textos diferentes que apresentam questões distintas, ambos chamam atenção por um ponto de convergência logo nas primeiras páginas. É marcante a similaridade entre os casos narrados, sejam eles em 2020, 2021, 2008 ou 2016. É gritante como todas essas histórias retratam condições de vida extremas, chocantes, desumanas que se explicam na dinâmica do capitalismo.

A Campanha

Ao fazer memória de toda a caminhada de luta da campanha de combate ao trabalho escravo, Xavier Plassat nos lembra em qual contexto as primeiras



Foto: João Zinclar

denúncias de trabalho escravo são feitas, e em qual circunstância a campanha “De Olho Aberto Para Não Virar Escravo” vai tomando forma:

“Foi este cenário de escravização que o jovem sacerdote Pedro Casaldá-

ga encontrou quando, em 1968, chegou a São Félix do Araguaia, MT, sendo logo depois consagrado bispo. Pedro foi o protagonista da primeira denúncia documentada contra o trabalho escravo na Amazônia, objeto principal da Carta Pastoral que publicou no dia da sua ordenação episcopal, em 1971, com esse título cristalino: ‘Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social’. Nesses tempos de ditadura militar, um bispo se posiciona assim abertamente diante da criminoso realidade imposta aos peões explorados nas fazendas

‘pioneiras’ era algo impensável. Este algo muito bem pensado mudaria o rumo da nossa própria história.

As denúncias de trabalho escravo, assim, permearam toda a história da CPT, desde a véspera do seu nascimento. Entre 1969 e 1974, só no Pará, o arquivo do padre Ricardo Rezende, então agente da CPT, traz informação de 14 casos; entre 1975 e 1984: de 59 casos. Em 1983 estourou a famosa denúncia contra a Fazenda Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen, em Santana do Araguaia, onde até 800 trabalhadores estavam empregados por gatos. Desde 1974, data de aquisição deste latifúndio de 140 mil hectares, não era a primeira notícia. Desta vez, conseguiram-se depoimentos de peões que conseguiram fugir a pé. Convocou-se a imprensa nacional e internacional e se fez a denúncia.”

Aceitar o inaceitável? Exploração tolerada e combate ao trabalho escravo no Brasil

Como relata Carolina Motoki em seu artigo, o ano de 2021 também carrega casos emblemáticos e não muito diferentes dos relatados no passado. Um dos casos em destaque é o que envolve a empresa Souza Paiol, onde “116 trabalhadores foram resgatados do trabalho escravo na colheita da palha de milho para cigarros [...] Eles recebiam cinco reais por cada quilo de palha colhido, viviam em alojamentos precários – sem paredes e com goteiras –, iniciavam o trabalho às cinco da manhã e só tinham acesso a duas refeições

diárias, a primeira depois de seis horas de trabalho.”

Esse caso, assim como muitos outros, explicita que “ao contrário do que aponta a ideologia dominante, o trabalho escravo não é apenas um resquício do passado: ele é parte integrante do sistema capitalista e compõe suas cadeias globais de produção. Nas suas formas contemporâneas, ele é a expressão radical da exploração na qual reside o cerne do capitalismo, que se expande pela apropriação máxima da força de trabalho, pela invasão dos territórios de comunidades, pelo saqueio do solo, das matas, das águas e

por tornar o público, privado – violências intrinsecamente relacionadas.

Dessa maneira, dizer trabalho escravo também significa dizer que há distintos níveis de exploração toleráveis. Com o alargamento dessa tolerância, a flexibilização da legislação trabalhista e um aumento da precariedade das relações de trabalho, o conceito fica em risco: certas formas de trabalho escravo podem deixar de existir não porque a exploração foi reduzida, mas porque a sociedade as tolera mais.”

Editado por Lira Furtado – CEDOC/CPT



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente:
Dom José Ionilton

Vice-Presidente:
Dom Sílvio Guterres

Coordenadores Nacionais:
Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolete Wichinieski
Ronilson Costa

Redação:
Andressa Zumpano
Lira Furtado
Mário B. Manzi Muniz (Reg. Prof. 0003157/GO)
Tales dos Santos Pinto

Jornalista responsável:
Mário Braz Manzi Muniz (Reg. Prof. 0005157/GO)

Impressão:
Athaláia Gráfica e Editora

Diagramação:
Vivaldo Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0
Comissão Pastoral da Terra
CNPJ: 02.375.913/0001-18
Para doações internacionais:
IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1
Código Swift: CEFXBRSP
Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares

MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS

Um levante de setembro

CATARINA DE SOUSA DE OLIVEIRA
GILMARA FERNANDES RIBEIRO

“Luta, vitória, derrota nunca mais”

As mobilizações indígenas, com agenda nacional organizada pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), juntamente a vários outros aliados e organizações indígenas de todo o Brasil, se reuniram em Brasília no último ano, para acompanhar a votação do Recurso Extraordinário (RE) no Supremo Tribunal Federal (STF). Tal votação foi marcada diversas vezes para ocorrer em 2021, mas acabou protelada para este ano de 2022.

Foto: Andressa Zumpano



Marco Temporal

O caso em julgamento trata especificamente da disputa envolvendo o povo Xokleng, em Santa Catarina. No entanto possui status de “repercussão geral”, o que quer dizer que a decisão a ser tomada neste julgamento servirá de diretriz para todos os processos judiciais, procedimentos administrativos e projetos legislativos no que diz respeito às demarcações.

Desta exposição, compreende-se que, a partir dos dados publicados nesta edição do Conflitos no Campo Brasil, o ano de 2021 foi ano de fundamental importância no processo de mobilização dos povos indígenas. As manifestações decorreram da luta por território, constituindo assim um paralelo com o processo de manifestações ocorrido na construção da constituinte de 1988. As manifestações indígenas, de 2012 a 2021, mobilizaram 512.377 pessoas. Conforme podemos ver no gráfico, os anos de 2019 e 2021 foram notabilizados com picos

nos números de manifestações, tendo sido registradas pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), 227 e 203 ocorrências, respectivamente, que somaram, neste período, 1.448 manifestações cujo mote foi a questão indígena.

No ano de 2021 foram realizadas 203 destas manifestações, abrangendo 23 unidades da federação e mobilizando 27.790 pessoas. Tais manifestações ocorreram ora por demandas locais – como o Ato Contra a Violência, na Aldeia Kuaray Oua, realizado no dia 09 de dezembro de 2021, em São Paulo, que reuniu 60 pessoas, e teve entre as reivindicações, ações contra injustiça e violência – ora com caráter nacional, como as ocorridas contra



Fonte: CPT (2022)

o Marco Temporal. Destas, foram realizadas 114 manifestações em 2021, em 60 municípios brasileiros. Mais de 10.481 pessoas foram mobilizadas.

Vale destacar, dentro das manifestações nacionais, o *Acampamento Terra Livre*, o *Levante pela Terra* e o *Acampamento Luta Pela Vida*, todos realizados pelos povos indígenas, em Brasília. O “Luta Pela Vida”, especificamente, se notabilizou por ter sido a maior mobilização indígena desde a constituinte de 1988. Cerca de 6 mil indígenas, de 170 povos diferentes, estiveram presentes no ato em Brasília para acompanhar o julgamento da tese de marco temporal no STF considerada pelo movimento indígena o processo mais relevante do século, do ponto de vista dos impactos negativos sobre a vida dos povos indígenas. Na mobilização, os povos também denunciaram os projetos anti-indígenas que seguem em trâmite no Congresso Nacional, bem como o agravamento das violências contra os povos originários dentro e fora dos territórios tradicionais.

*Editado por Andressa Zumpano e Mário Manzi - Assessoria de Comunicação da CPT Nacional

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Violência contra mulheres no campo no Brasil: produto de agência de classe da oligarquia agrária, visto por uma Sociologia “desde abaixo”

ANA MARIA MOTTA RIBEIRO
ANA CLÁUDIA MATOS DA SILVA

Dentre os corpos mais violados e abusados, registrados neste relatório, destacam-se os de Mulheres. Sobretudo pobres, pretas, libertas em suas escolhas de liderança ou de orientação sexual.

Para compreender a conjuntura do aumento da violência contra subalternizados e territórios, observa-se o frequente uso de formas ilegítimas, ilegais ou suspeitas, pelas classes dominantes, conhecidas pelo apelativo de “bancada ruralista”. Estas se articulam com outras frações de classe na elite do poder identificadas pela mídia e pela academia em quatro modalidades de “B”, a saber: as bancadas da “Bala”, da “Bíblia”, da “Boi” e finalmente a do Banco.”

Dentro desta lógica, seria ingênuo esperar que houvesse qualquer preocupação em ao menos garantir as formas de direito e defesa dos subalternizados, mulheres, LGBTQIA+, assumindo-os, antes, como os legítimos candidatos ao trabalho precarizado, chegando às formas de “escravagismo contemporâneo”, parte do



Foto: Juliana Pesqueira

projeto de espoliação do ser e da mão de obra humanas.

As mulheres indígenas foram as mais afetadas em termos de perseguição e violência no país. Entre as duas principais violências contra a pessoa sofrida por mulheres em conflitos no campo em 2021, a Ameaça de Morte e a Intimidação representam, respectivamente, 31,25% e 13,54% das violências sofridas por elas. Contudo, embora a humilhação seja ape-

nas a quinta violência mais sofrida por mulheres, com 7,29% das violências, ela tem um peso maior do que para os homens. Entre as violências sofridas por eles, foi a décima maior violência sofrida, com 3,92%.

Destaca-se entre mulheres quilombolas, a humilhação repercutindo uma referência racista como a mais recorrente, atingindo uma marca de 40% das violências sofridas, enquanto que para homens

quilombolas, representa 25%. Entre o conjunto das violências sofridas por elas entre os anos de 2011 a 2021: 21,13% das foram estupros.

As categorias sociais causaram os conflitos de terra decorrentes de práticas de desmatamento, são: em 13% dos casos, fazendeiros; em 13% grileiros (falsos proprietários de terra sem documentação legal); em 2% dos casos destacou-se o próprio Governo Federal; e, em 30% dos casos setores representativos de madeireiras e garimpo.

Dentro deste contexto, destacam-se como impactados, Indígenas (36%); Quilombolas (12%); Posseiros (14%); e Sem Terras (3%).

Entretanto, a resistência desses povos também deve e merece ser sublinhada porque o aumento da violência de classe não foi acompanhado de um recrudescimento da luta. Ao contrário, expressou formas organizadas e articuladas de ação coletiva e trouxe um protagonismo indígena.

Editado por Andressa Zumpano e Mário Manzi - Assessoria de Comunicação da CPT Nacional

Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2012 – 2021)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conflitos Por terra										
Ocorrências (1)	828	802	820	828	1.112	1.033	1.000	1.260	1.576	1.242
Ocupações/ Retomadas	255	245	223	234	224	193	157	46	29	50
Acampamentos	15	15	22	30	25	13	20	5	3	3
Total (2)	1.098	1.062	1.065	1.092	1.361	1.239	1.177	1.311	1.608	1.295
Assassinatos	34	30	37	49	61	70	27	27	14	34
Pessoas Envolvidas	471.160	461.065	622.495	642.005	736.590	639.715	664.470	580.228	687.872	670.760
Hectares	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957	71.277.426
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo Rural	170	142	132	80	68	67	86	89	96	169
Assassinatos		1								
Pessoas Envolvidas	3.002	1.730	2.494	1.760	751	532	1.465	880	1.104	2.035
Superexploração	14	13	10	6	1		5	1		
Assassinatos		2		1	1		2	3		
Pessoas Envolvidas	73	142	294	125	2		14	3		
Total	184	155	142	86	69	67	91	90	96	169
Conflitos pela Água										
Conflitos	78	103	131	151	177	199	279	502	350	304
Assassinatos	2	2			2	1	1	2	6	
Pessoas Envolvidas	145.755	158.180	204.255	217.710	223.455	178.090	379.035	317.524	225.168	224.540
Outros (3)										
Conflitos	36	12								
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	26005	1350								
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Conflitos	1.396	1.332	1.338	1.329	1.607	1.505	1.547	1.903	2.054	1.768
Assassinatos	36	35	37	50	64	71	30	32	20	34
Pessoas Envolvidas	619.990	621.117	829.538	861.600	960.798	818.337	1.044.984	898.635	914.144	897.335
Hectares	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957	71.277.426

AMAZÔNIA

A desamazonização da Amazônia: Conflitos agrários, violência e agrobandidagem

RICARDO GILSON DA
COSTA SILVA*

As publicações “Conflitos no Campo Brasil” indicam tendência de agravamentos dos conflitos agrários na Amazônia. A análise, com base nos dados de 2021, referente à categoria “conflito por terra” na Amazônia, fundamenta-se no processo de que os conflitos indicam a lógica da desamazonização da Amazônia, que atribui-se como projeto político-territorial dos grupos econômicos articulados nas economias extrativas, que tem nos agronegócios suas referências políticas. Desse modo, as disputas por terras e territórios é uma disputa social, no campo e na cidade, que tendem a desestruturar os elementos formadores da particularidade regional.

Modernização econômica e desamazonização da Amazônia

A chamada modernização da Amazônia, iniciada na década de 1960, sob a ditadura militar, fundamentou-se na ação do Estado brasileiro em transformar a região com políticas de reordenamentos espaciais, que produziu modificações substanciais no conjunto social e em sua configuração territorial. Houve uma reorientação da Amazônia para incorporar-se à nova socialidade do capital extrativo, processo que mantém a natureza/meio ambiente, os povos amazônicos e seus territórios tradicionais, assim como as populações que vivem nas precárias áreas urbanas e rurais como vítimas.

A população da Amazônia Legal multiplicou por quatro vezes (de 6.931.759 para 29.627.458 habitantes), somado ao quantitativo de municípios que passou de 323 para 760 unidades territoriais, atingindo 72% de urbanização (dados de 2010). Deve-se ressaltar que os estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia representam 62% dos municípios da

Amazônia Legal, cuja expansão da rede urbana também decorreu dos projetos de colonização agrícola e frentes pioneiras que rasgaram a floresta com eixos rodoviários, como é a situação da Amazônia Meridional (Rondônia e Mato Grosso).

Em termos econômicos (contribuição ao PIB), em 2002, a região amazônica já respondia por 14,8% da agropecuária nacional, chegando a 21% em 2016. Ressalta-se que em 2021, todos os estados da Amazônia apresentaram alguma commodity como principal produto de exportação: a soja representou Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão; produtos e

em suas terras de trabalho, espaço de reprodução social. Em 2021, a Amazônia registrou 52% dos conflitos por terra no Brasil e 61% do número de famílias envolvidas. Quando se observa o quantitativo das áreas em disputas, a escala dos conflitos mostra toda a razão das disputas por terras e territórios na região.

Acompanhando os dados da CPT, 97% das áreas de conflitos localizam-se na Amazônia, com um total de 68.849.402 de hectares. A maior parte dessas áreas é de territórios indígenas e de seringueiros/extrativistas, ou seja, territórios protegidos na forma da lei. A agrobandidagem,

ameaças por agrotóxico, 78% dos desmatamentos ilegais, 87% das expulsões, 81% das grilagens, 82% das invasões, 69% das pistolagens, 73% das omissões/conivências do Estado e 70% das violações nas condições de existência.

Na escala intrarregional, quando observamos os dados no âmbito dos estados da Amazônia Legal, o capital extrativo foi responsável por 73% dos conflitos por terra, e as instituições estatais por 17,5%. Na distribuição, a posição dos principais causadores acompanha a seguinte ordem: fazendeiros (28%), grileiros (14%), empresários nacional e internacional

(10,5%), madeireiros (10%) e o governo federal (11%). Quanto aos grupos sociais, vítimas das ações causadoras de conflitos, são os povos indígenas (33%) que sofrem quantidades maiores de agressões, seguidos dos posseiros (20%), quilombolas (10,5%) e sem-terra (14,5%).

Se agregarmos os grupos que vivem em Áreas Protegidas (indígenas, quilombolas, seringueiros e extrativistas) e que fazem uso coletivo da terra (ribeirinho, pescador e castanheiro), eles sofreram com 51% dos conflitos por terra. A maioria vive em territórios protegidos, regulamentados em lei e reconhecidos pelo Estado brasileiro.

O grupo da propriedade familiar registrou 45% das agressões sofridas, as quais foram classificadas nas seguintes tipologias: posseiro (20%), sem-terra (14,5%), assentado (9%) e pequeno proprietário (2%). São famílias que vivem da terra de trabalho, que produzem e comercializam seus produtos nos municípios, contribuindo, assim, com a economia local. A situação fundiária, com a suposta “fragilidade jurídica” das posses familiares, enseja mais concentração de terras para os causadores dos conflitos por terra (fazendeiros, grileiros, empresários e madeireiros).

como processo de expropriações direta e indireta, tem na violência e no crime programado (há planejamento e dolo) sua principal estratégia para converter áreas camponesas, dos povos indígenas e das demais comunidade tradicionais em espaço do capital extrativo. Assim, o detalhamento dos conflitos por terra, a partir das 21 tipologias de conflitos registrados pela CPT, indica a intensidade e a natureza assustadora que o processo revela.

Destacando somente algumas tipologias, na Amazônia ocorreram 64,5% das ameaças de expulsão, 63% das conta-



Foto: Mário Manzi

preparações alimentícias foi o Amazonas; o Pará, com minério de ferro e seus concentrados; Roraima, com embutidos de carnes; o ouro representou o Amapá; e o Acre ficou com castanhas e cocos.

Panorama dos conflitos por terra na Amazônia

Na escala nacional, os conflitos por terra na Amazônia assumem proporções alarmantes, o que evidencia a fragilidade da condição humana sofrida pelos sujeitos sociais que lutam pela permanência

*Editado por Mário Manzi – Assessoria de Comunicação da CPT Nacional

TI YANOMAMI

Garimpo ilegal e violência na Terra Indígena Yanomami

LUIZ HENRIQUE REGGI PECORA
JULIANA DE PAULA BATISTA
ESTÊVÃO BENFICA SENRA

A Terra Indígena Yanomami (TIY) é um dos territórios mais duramente afetados pelo garimpo ilegal. Os Yanomami ocupam uma área de aproximadamente 230.000 km² no interflúvio Orinoco-Amazonas, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Constituem um conjunto cultural e linguístico composto de, pelo menos, seis subgrupos que falam línguas diferentes de uma mesma família: Yanomam, Yanomami, Sanöma, Niam, Yaroamë e Yānoma. Demarcada em 1992, TIY é a maior do Brasil em termos de área, com 9,6 milhões de hectares, e nela vivem os povos Yanomami e Ye'kwana. Há, ainda, oito registros de grupos indígenas em isolamento, dos quais um já foi confirmado - sendo conhecido como os Moxihatëtëma -, um está em estudo e os seis demais estão em fase de informação.

A atividade garimpeira vem se expandindo aceleradamente no país desde ao menos 2012, com impacto significativo sobre a Amazônia. Dados da plataforma MapBiomas lançados em 2021 mediram a área ocupada pelo garimpo no Brasil entre 1985 e 2020, indicando que a exploração garimpeira cresceu mais de seis vezes no período: de 31 mil hectares em 1985 para um total de 206 mil hectares. Os dados da plataforma também demonstraram uma tendência de aceleração desde a década de 2010.

O garimpo ocorre atualmente quase que exclusivamente na região amazônica (cerca de 90% da área identificada), sendo que metade das áreas de exploração foram detectadas

em Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, onde ele é ilegal. Nestas, a atividade teve um aumento de 495% de 2010 a 2020. Somente entre 2019 e 2021, o Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal (SMGI) promovido pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) identificou um aumento de mais de 2.000 hectares. Em setembro de 2021, já se apresentava um novo recorde de 3224 hectares, um aumento de 44% em relação a dezembro de 2022.

A atividade garimpeira em Terras Indígenas é terminantemente proibida pelo estatuto constitucional do país. Se o Artigo 174, §3º e 4º, da Constituição Federal prevê que a atividade poderá ocorrer em forma de cooperativas, observados os standar-

tes de proteção ao meio ambiente, por sua vez o artigo 231, §7º, exclui a possibilidade da extração de minérios na modalidade garimpo nas Terras Indígenas do país. Desse modo, o garimpo não está sujeito

As denúncias dos indígenas Yanomami e Ye'kwana contra a presença da atividade garimpeira próxima às suas comunidades vêm revelando prejuízos diretos à saúde, ao sistema produtivo, à segurança pessoal, à integridade física das comunidades indígenas do entorno.

Nunca é demais lembrar que o primeiro episódio de genocídio, reconhecido pela jurisdição brasileira, ocorreu na TIY no início da década de 1990. À época, como hoje, os indígenas estavam sujeitos à uma situação

crônica de conflito interétnico pela presença da atividade garimpeira, que levou ao planejamento por garimpeiros do massacre que levaria à morte de anciãos, mulheres e crianças habitantes de Haximu.

Ataques armados contra indígenas na região do Palimiú, Uraricoera

A calha do rio Uraricoera é a região mais densamente afetada pela atividade garimpeira: segundo dados obtidos pelo Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal na TIY, esta concentra 45% da área degradada identificada para a Terra Indígena. No início de 2021, comunidades da região do Palimiú, nas margens do rio Urari-

Foto: Bruno Kelly



coera, viveriam semanas de terror em razão de ataques de grupos garimpeiros armados contra suas aldeias.

Em 25 de fevereiro daquele ano, a tensão na região foi prenunciada a partir de um conflito em Helepe, primeira comunidade do rio Uraricoera a partir do limite da TIY: cerca de oito garimpeiros portando armas invadiram a comunidade para ameaçar um indígena por uma discórdia em torno de carotes de combustível. A situação escalou na comunidade e resultou na morte de um garimpeiro e em um indígena gravemente ferido.

A HAY oficiou as autoridades que têm competência para atuar no controle de atividades ilícitas em Terras Indígenas -- nomeadamente, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF), e Exército -- solicitando medidas urgentes para estancar a escalada de violência, garantir a segurança das comunidades indígenas de Palimiú, e assegurar sua circulação na Terra Indígena.

Em 10 de maio de 2021, a comunidade do Palimiú sofreu um primeiro ataque quando garimpeiros armados dispararam tiros contra a aldeia. Poucos dias depois, membros da comunidade, informaram que duas crianças haviam desaparecido durante a fuga, e foram posteriormente encontradas afogadas, sem vida.

Dois dias após o primeiro ataque, eclode um confronto armado entre garimpeiros, indígenas e agentes da Polícia Federal na região. Aos 17 de maio, informaram que 15 barcos de garimpeiros se aproximaram da comunidade num novo ataque. Ao som dos tiros, os Yanomami informaram que possivelmente houve utilização de bombas de gás lacrimogêneo.

Após algumas semanas de relativa tranquilidade, com a deflagração da operação Omama, novos ataques armados afligiram a comunidade: em 08 de julho uma embarcação de garimpeiros disparou quatro tiros contra mulheres que procuravam um parente desaparecido no rio próximo à comunidade de Korekorema e, na madrugada do dia 13 de julho, a comunidade Palimiú foi atacada por

dois barcos de garimpeiros, que dispararam 10 tiros contra os indígenas.

Na mesma época dos ataques, surgiram as primeiras informações de que haveria a presença de grupos associados ao crime organizado atuando na Terra Indígena Yanomami. Uma matéria do portal Amazônia Real indicava que o grupo Primeiro Comando da Capital (PCC) estaria por trás desses ataques. Mais recentemente, uma matéria do portal UOL noticia em mais detalhes as relações entre o PCC e o garimpo no rio Uraricoera, indicando que integrantes da facção já controlavam garimpos na região, explorando o tráfico de drogas, casas de prostituição, venda de gasolina, alimentos e bebidas, bem como a segurança particular.

Na ocasião em que denunciaram publicamente os ataques que vinham sofrendo na região do Palimiú, as lideranças locais relataram a grave situação vivida pela comunidade Sanomã de Aracaça, pouco mais acima do Rio Uraricoera, como um alerta de que bebidas alcoólicas e drogas ilícitas -- “um pó branco e um cigarro” -- teriam sido introduzidas na comunidade a partir do contato com o garimpo, onde seu consumo ocorre mesmo entre crianças.

Em 30 de julho, um indígena Yanomami foi atropelado por um avião de garimpeiros em Homoxi - a pista de pouso comunitária fora ocupada pelos garimpeiros e é intensamente utilizada para abastecer os garimpos na região. O atropelamento elevou o grau de tensão na região e, em resposta, os indígenas ocuparam a pista de pouso do polo base de saúde local.

O receio de conflitos sangrentos também aumentou em Xitei, região vizinha à Homoxi, onde a atividade garimpeira ilegal vem se expandindo enormemente (mais de 1000% em 2021, segundo dados do SMGI). As comunidades de Xitei são relativamente mais isoladas do que as demais regiões da TIY, por esse motivo, são mais suscetíveis aos graves impactos das investidas garimpeiras. O tráfico de armas em Xitei se difundiu junto com a atividade garimpeira, intensificando o potencial de conflitos na região.

Na mesma ocasião, as lideranças informaram sobre o assassinato de três indígenas do grupo em isolamento Moxihatëtêma por volta de agosto de 2021. Uma flecha utilizada pelos Moxihatëtêma no conflito foi recuperada pelo indígena, e apresentada ao Ministério Público Federal para cobrar investigações sobre as mortes e ações para maior proteção ao grupo em isolamento.

Em outubro, duas crianças que brincavam na comunidade de Macuxi Yano morreram por afogamento após terem sido derrubadas e afundadas pela correnteza gerada por uma draga garimpeira que operava a poucos metros da comunidade. O sumiço das crianças foi testemunhado por seus familiares, sem que pudessem fazer nada para salvá-las. Com o desaparecimento das crianças no rio, os garimpeiros se retiraram do local para operar em outra região.

O papel do Estado na invasão garimpeira ilegal na TIY

Com atraso de um ano desde o início da pandemia, ao longo de 2021 foram deflagradas um conjunto de operações pela Polícia Federal, com o auxílio da Força Nacional de Segurança Pública na Terra Indígena Yanomami, no estado de Roraima. Em larga medida, tais operações só foram viabilizadas após o respaldo de decisões judiciais que caracterizaram o dever constitucional do Estado brasileiro em proteger as vidas indígenas e garantir a proteção territorial a suas terras, no contexto da pandemia de Covid-19. Nesse sentido foram providenciadas as decisões proferidas no âmbito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, e na Ação Civil Pública nº 1001973-17.2020.4.01.4200, que tramita na Justiça Federal de Roraima.

Pressões em favor do garimpo ilegal em Terras Indígenas:

Em contexto nacional, estão em curso iniciativas para redirecionar políticas públicas para favorecer a atividade garimpeira no país em prejuízo

do meio ambiente equilibrado e dos direitos dos povos indígenas. No Congresso Nacional, projetos de lei que visam facilitar a ocupação das Terras Indígenas para a atividade foram indicados como agendas prioritárias de votação em 2022 pela Presidência da República.

O Projeto de Lei nº 191/2020, de iniciativa do atual governo, propõe regulamentar atividades econômicas em Terras Indígenas, entre outras disposições, liberando-as para a atividade garimpeira. O Projeto de Lei nº 490/20, por sua vez, traz retrocessos insuportáveis sob o ponto de vista dos direitos dos povos indígenas, permitindo a revisão de áreas já demarcadas, o contato forçado com indígenas em isolamento voluntário e, novamente, a autorização do garimpo em Terras Indígenas.

Iniciativas a nível estadual também geram pressões em favor da atividade garimpeira, gerando riscos adicionais para as já impactadas Terras Indígenas. Em Roraima, no início de 2021 a Lei Estadual nº 1.453/2021 foi sancionada sob a promessa de legalizar o garimpo no estado.

A verificada intensificação do garimpo ilegal na TIY representa uma ofensa ao direito dos povos indígenas à posse permanente de sua terra tradicional, ao usufruto exclusivo das mesmas, e à manutenção e reprodução de seus modos de vida tradicional.

A isto, associam-se outras graves violações de direitos fundamentais dos povos em questão. Por exemplo, a lesão aos direitos ao meio ambiente adequado e ao acesso à água potável, verificando elevados níveis de contaminação por mercúrio entre as comunidades indígenas afetadas. Também, graves restrições ao exercício do direito à alimentação adequada pelas comunidades indígenas, através da restrição ao aproveitamento de seu território tradicional.

Os Yanomami exigem que sua Terra Indígena seja protegida, e seguem em sua incansável luta para poderem viver em paz com a floresta viva.

VIOLÊNCIA, DESMONTE DE POLÍTICAS P O PROJETO NACIONAL ATUAL

Escalada de violência pós-rompimento democrático de 2016 tem efeito devastador no campo brasileiro. Entre 2016 a 2021 foram r

Desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, houve piora na subsequente desconstrução dos poucos avanços obtidos nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural nos últimos vinte anos. A absorção do Incra pelo Ministério da Agricultura – espaço institucional marcadamente contrário à reforma agrária –, o desmantelamento e a asfixia orçamentária de programas fundamentais para o desenvolvimento do campo, a omissão do Estado como agente garantidor de direitos e mediador de conflitos, entre outros processos, abriram passagem para a intensificação da apropriação privada de terras públicas, das pressões sobre os territórios da agricultura familiar, camponesa e de povos e comunidades tradicionais, e para a pilhagem de recursos naturais em áreas protegidas.

Os números da CPT dão conta de mostrar que este novo cenário se traduz em agravamento da violência no campo. Entre 2011 e 2015, foram registrados 6.737 conflitos no campo, envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. No período seguinte, de 2016 a 2021, esses números subiram a 10.384 conflitos, que atingiram 5,5 milhões de pessoas, confirmando que o impeachment de Dilma Rousseff teve também, por efeito, o aprofundamento de uma política antirreforma agrária, expropriatória e violenta nas áreas rurais do país.

Outros dados gerais registrados nesses dois períodos – pré e pós 2016 – revelam ainda a que grau escalara os conflitos e violências contra as populações rurais. A comparação entre esses dois momentos mostra que os conflitos por terra cresceram 46%, o número de assassinatos, 34%, e os conflitos por água triplicaram. Outro dado, bastante esclarecedor sobre os danos decorrentes da ausência do Estado e da contínua descons-

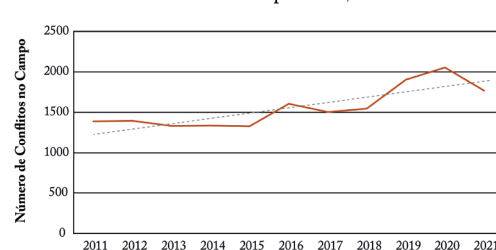
trução das políticas de desenvolvimento rural, aponta, por um lado, uma diminuição dos conflitos trabalhistas e, por outro, um aumento expressivo da área total conflagrada por conflitos (Tabela 1).

Longe de representar uma melhoria das condições de trabalho no campo (algo tampouco captado nas pesquisas socioeconômicas oficiais) ou um exitoso acirramento do combate ao trabalho análogo à escravidão, a redução dos conflitos trabalhistas provavelmente está relacionada à restrição da atuação dos órgãos de fiscalização do trabalho rural, às recentes reformas de flexibilização das leis trabalhistas que forçaram a precarização das relações de trabalho no campo – onde a informalidade é a regra dominante –, além do próprio avanço da mecanização sobre novas áreas incorporadas ao agrogócio.

A cada ano vêm crescendo

evoluindo de 63 milhões para 302 milhões de hectares. O desmatamento, efeito da atuação praticamente irrestrita de madeireiros e grileiros na Amazônia, avança sobre terras públicas, áreas protegidas e territórios tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos).

O Gráfico 1 mostra a evolução dos conflitos rurais de 2011 a 2021



CPT (dados preliminares de 2021).

Nota*: cada conflito se pode se desdobrar em mais de uma ocorrência.

até 2021 (os dados para este último ano devem ser considerados preliminares), evidenciando a tendência

Tipo de Conflito	2011/2015	2016/2021	Incremento (%)
Ocorrência Terra	4096	7223	76,34%
Conflitos Trabalhistas	827	582	-29,63%
Conflitos pela Água	532	1811	240,40%
Total de Conflitos*	6737	10384	54,13%
Assassinatos	188	252	34,04
Pessoas Envolvidas	3568585	5534203	55,08%
Hectares (Conflitos no Campo)	63342264	302125254	376,97%

Fonte: CPT (2022).

Nota: * Total de conflitos é a soma de Ocorrências Terra, Conflitos pela Água e Conflitos Trabalhistas.

em extensão as áreas afetadas por conflitos no campo. O indicador aumentou 3,7 vezes desde 2016, relativamente ao período 2011-2015,

ca produzida pela CPT. Em 2020, foi registrado o maior número de conflitos desde que a CPT iniciou o mapeamento e a denúncia pública de violências no campo: foram 2.054 conflitos envolvendo cerca de 1 milhão de pessoas; em 2019, 1.903 conflitos. O ano de 2016, conturbado pelo golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência e instituiu Michel Temer, contabilizou 1.607

conflitos que envolveram mais de 900 mil pessoas. Nos últimos anos, essa política desastrosa tem contribuído decisivamente para o aumento da violência no campo e para o acirramento das dinâmicas relacionadas à apropriação privada de recursos naturais do país.

Brasil, um país violento: permanência e aprofundamento dos conflitos no campo

Em 2021, as 1.242 violências por terra no Brasil envolveram 164.782 famílias, número inferior ao registrado em 2020. Os 304 conflitos pela água atingiram 56.135 famílias e aproximadamente 224 mil pessoas. Os assassinatos somaram 35, um aumento de 75% em relação a 2020, quando 20 pessoas foram mortas. A maior parte das vítimas (11) era de assentados(as), seguidos por indígenas (10 vítimas), posseiros (6 vítimas), quilombolas (3 vítimas), quebraadeiras de coco de babaçu (2 vítimas) e por fim, uma vítima aliada. Mais de dois terços do total de vítimas têm origem em populações tradicionais.

A maior parte de violências por terra registrada em 2021

concentrou-se nas regiões Norte – com 488 conflitos – e Nordeste – com 376, seguidas por Sudeste, Centro Oeste e Sul, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição, por grandes regiões, dos conflitos agrários e famílias atingidas (Brasil, 2021)

BRASIL	VIOLÊNCIAS POR TERRA		FAMÍLIAS	
	Nº	%	Nº	%
Norte	488	39%	77.431	47%
Nordeste	376	30%	50.284	31%
Centro-Oeste	160	13%	19.467	12%
Sudeste	172	14%	11.658	7%
Sul	46	4%	5.942	4%
Total	1.242	100,0%	164.782	100,0%

Fonte: CPT (2022)

Na Região Norte, chama a atenção o número de conflitos no estado do Pará (156 ocorrências), envolvendo mais de 31 mil famílias. O segundo estado do país com mais conflitos registrados foi a Bahia, com 143 casos, envolvendo um total de 15.511 famílias. Esses dois estados comportam 23% do total de violências por terra em 2021.

As categorias que mais sofreram violência foram: indígenas (317 casos); quilombolas (210 casos) e posseiros (com 209 casos). Este processo se concentra em duas frentes principais: uma delas se volta contra grupos sociais (indígenas e quilombolas) que, entre todos que lutam por terra, são os únicos cujo acesso aos territórios legítimos é objeto de proteção constitucional e de uma sistemática legalmente definida de reconhecimento e demarcação; a outra frente avança contra grupos sociais (posseiros) que representam o elo mais fraco da disputa sobre as terras públicas. Na sequência, envolvida em 170 conflitos, está a categoria dos sem-terra, que, na atual conjuntura, se encontra praticamente excluída do acesso à terra para trabalho e moradia. A Tabela 3 mostra o número de conflitos por cada categoria social.

LEIROS EM 2021

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E PILHAGEM DOS TERRITÓRIOS: O IMPACTO PARA O CAMPO BRASILEIRO

Foram registrados 10.384 conflitos, que atingiram 5,5 milhões de pessoas Diretoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*

Tabela 3 – Conflitos pela terra segundo diferentes grupos de trabalhadores rurais (Brasil, 2021)

CATEGORIAS	Nº	%
Indígena	317	26%
Quilombola	211	17%
Posseiro	210	17%
Sem Terra	170	14%
Assentados	101	8%
Camponês de fundo de pasto	61	5%
Pequeno proprietário	50	4%
Seringueiro	28	2%
Ribeirinho	31	2%
Extrativista	20	2%
Pescador	24	2%
Outros*	21	2%
Total de ocorrências	1.242	100,0%

Nota (*): Inclui caiçaras, agente pastoral, trabalhadores e os sem especificação.

De outra parte, como resultado da lógica de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras no campo, o trabalho análogo à escravidão continua a despontar como uma realidade chocante no Brasil. Se, em 2020, foram registradas 96 ocorrências, em 2021 esse número saltou para 169, envolvendo um total de 1.726 trabalhadores resgatados. Como se vê na tabela seguinte, a região Sudeste, onde supostamente impera uma agricultura moderna, concentra a maior parte dos registros de trabalhadores em situação análoga à escravidão, particularmente no estado de Minas Gerais. Tal dado, no entanto, não necessariamente indica que os resultados nas demais regiões sejam baixos, mas, antes, que nelas há maiores dificuldades na fiscalização.

No que diz respeito aos agentes por trás dos atos de violência, fazendeiros e empresários somam 42% dos mandantes iden-

tificados. O poder público (Federal, Estadual e Municipal) também ocupa uma posição de destaque nesse ranking, respondendo pela autoria de 17% dos conflitos. A Tabela 5 revela a participação de diferentes atores sociais que operaram ou promoveram atos de violência contra a pessoa humana e de de-

Tabela 4 – Conflitos Trabalhistas/Trabalho Escravo Rural. Regiões do Brasil (2021)

REGIÕES	OCORRÊNCIAS		TRAB. NA DENÚNCIA		TRAB. RESGATADOS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Centro-Oeste	37	22%	468	23%	415	24%
Nordeste	30	18%	221	11%	182	11%
Norte	33	19%	329	16%	143	8%
Sudeste	59	35%	947	47%	919	53%
Sul	10	6%	70	3%	67	4%
Total	169	100,0%	2.035	100,0%	1.726	100,0%

Fonte: CPT (2022)

gradação de recursos naturais que, de forma direta ou indireta, concorrem para a predatória consolidação de um projeto de exploração e acumulação de riquezas alinhado aos interesses ruralistas.

Tabela 5 – Mandantes das violências identificadas (Brasil, 2021)

ESPECIFICAÇÕES	NÚMERO	%
Fazendeiros	266	21,4%
Empresários	255	20%
Governo (Federal, Estadual e Municipal)	214	17%
Grileiros	162	13%
Madeireiro	71	6%
Garimpeiro	58	5%
Mineradora	47	4%
Policial	16	1%
Pistoleiro	14	1%
Igreja	8	1%
Funcionário Público	8	0,6%
Hidrelétrica	3	0,2%
Outros*	23	2%
Sem informação	97	8%
Total	1.242	100,0%

Fonte: CPT (2022)

Violência como fruto do desmonte dos marcos institucionais do Estado e do projeto de pilhagem

O retrocesso nas políticas fundiárias (implantação e desenvolvimento de assentamentos rurais) trouxe consequências à dinâmica de conflitos agrários no país. Com efeito, entre



Foto: Andressa Zumpano

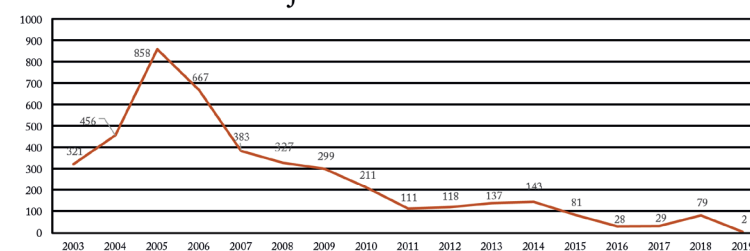
últimos anos, praticamente sem novos projetos de assentamentos, voltou a crescer o número de conflitos fundiários, segundo os cadernos da CPT.

A criação de projetos de assentamento, com aumento subsequente do número de famílias beneficiadas com o acesso à terra, contribui para reduzir a taxa de conflito no campo, e o próprio processo de desapropriação opera, nesses termos, como uma forma de mediação de conflitos pelo Estado. Com a paralisação da política de reforma agrária, o uso da força contra a destinação de terras aos trabalhadores rurais com pouca terra ou sem-terra – famílias submetidas à expulsão, à superexploração, ao despejo, à destruição de bens e às ações de pistoleiros – torna-se corriqueiro.

2003 e 2010, com a ampliação do número de famílias assentadas e com atuação de instâncias mediadoras de conflitos, verificou-se um arrefecimento destes últimos: entre 2003 e 2006, ocorreu um fluxo significativo de assentamento de novas famílias em projetos de reforma agrária, uma tendência que começa a se desacelerar após 2007/2008 e cujo retrocesso se intensifica a partir de 2015. Nos

*Edição: Mário Manzi – Assessoria de Comunicação da CPT Nacional

Número de Projetos de Assentamentos 2003 a 2019



Fonte: DT/DTI/DTI-2 - Relatório 227 do SIPRA. 31 jan. 2020CPT (2022)

ÁGUA

Mapeando os conflitos por água no Brasil: Principais indicadores, sinais de alerta e ameaças para a defesa das águas como bens comuns

MAIANA MAIA TEIXEIRA
TALITA FURTADO MONTEZUMA

“Quem é quem” nos conflitos por água no Brasil?

Em um olhar contextual, sabe-se que, no Brasil, as empresas privadas são responsáveis por abastecimento de água de 18,99 milhões de pessoas, número que deve aumentar exponencialmente com a aprovação do novo marco legal do saneamento, Lei 14.026/2000, e seus mecanismos que privilegiam a atuação do setor privado. Em paralelo, cresce o mercado de águas, seja de abastecimento, seja de venda de água envasada ou engarrafada.

É neste cenário que a leitura dos dados mapeados pela CPT assume uma dimensão de inquietação e alerta. O total de conflitos por água saiu de 350, em 2020, para 304, em 2021, mas isso não reverberou em uma redução significativa do número de pessoas atingidas, que se manteve estável, decaindo apenas em 0,27%.

Dentre os 304 conflitos mapeados, merece a pontuação de que são operados e protagonizados pelas empresas e corporações vinculadas ao regime extrativista que investe na reprimarização econômica, na exploração intensiva da natureza e do trabalho humano, intensificando o processo de colapso climático, violação de direitos, evasão fiscal e concentração de renda.

Dentre os conflitos centralizados nas disputas por águas, 30% deles foram provocados por mineradoras internacionais, 19% por setores empresariais, 14% por fazendeiros, 10% pela instalação de hidrelétricas, 9% pelos entes governamentais (federal, estadual e municipal) e 8% pela atuação de garimpeiros. Chama a atenção o protagonismo persistente ano a ano das mineradoras como principal ator dos conflitos por água, respondendo neste ano por 40% entre mineradoras, mineradoras internacionais e garimpeiros. De forma associada, o mapeamento revela que a categoria “destruição e poluição dos corpos de água” caracteriza a situação atual predominante dos conflitos, envolvendo 128 casos mapeados, os



Foto: João Zinclar

vam à construção de obras como açudes e barragens e 40 deles giravam em torno da apropriação privada direta das águas, o cercamento das águas aliado à expropriação do território.

Os dados indicam também alguns elementos importantes para a caracterização de quem são os principais afetados nos conflitos por água, com destaque para a predominância de comunidades tradicionais no centro dos atingidos por tais conflitos, estando entre os sujeitos mais afetados 19% de ribeirinhos, 14% de quilombolas e 17% de povos indígenas.

As múltiplas dinâmicas de destruição das águas e o caráter hidroatensivo e contaminante da mineração e do agronegócio

Conforme apresentado inicialmente, chama a atenção o protagonismo persistente das mineradoras como principal ator dos conflitos por água, respondendo neste ano por 40% entre mineradoras, mineradoras internacionais e garimpeiros. De forma associada, o mapeamento revela que a categoria “destruição e poluição dos corpos de água” caracteriza a situação atual predominante dos conflitos, envolvendo 128 casos mapeados, os

quais atingiram sobretudo comunidades indígenas (em 23 casos), sugestionando uma expropriação das condições ecológicas necessárias para a reprodução da vida nestes territórios.

Outras fontes permitem triangular o cenário e indicar a gravidade do processo em curso de morte das águas e das condições ecológicas correlatas. O pantanal brasileiro, por exemplo, perdeu 74% de suas águas desde 1985. Já o Cerrado, berço das águas, perdeu 26,5 milhões de hectares de vegetação nativa pela atuação da agropecuária (98,8%) no período entre 1985 a 2020. No contexto nacional, a comparação da cobertura hídrica no mesmo período (1985 a 2020) mostrou uma diminuição de 15,7% na área de águas superficiais no país.

Merece destaque, neste contexto, a interface do problema na relação campo e cidade. A contaminação da água urbana por agrotóxicos e a incapacidade estatal de monitorar a presença e a persistência destas substâncias provoca sérias preocupações sobre a saúde pública, haja vista que dos mais de 500 ingredientes ativos utilizados no país, apenas 39 parâmetros de agrotóxicos são monitorados pelas concessionárias de abastecimento e vigilâncias municipais de saúde. Mesmo nesta situação, detectou-se que a água de 763 cidades brasileiras estavam contaminadas por produtos químicos e radioativos entre 2018 e 2020.

Por outro ângulo, o consumo in-

tensivo de água pelo agronegócio revela mais uma face desse cenário. Do ponto de vista geral, o agronegócio mostra-se como responsável pela exportação virtual e consumo intensivo de água, ao tempo em que há uma dificuldade do setor agropecuário em ser submetido à legislação regulatória, especialmente no que se refere à cobrança pelo uso da água.

A expropriação das águas como um problema legalizado e a crítica do aparato legal

No mapeamento da CPT relacionado aos conflitos por água, chama atenção o relevante número de casos que envolvem o descumprimento de preceitos legais, no volume de 23% (ou 71 casos) do total, dentre os quais 56 envolvem a construção de barragens e açudes e, destes, 40 são conduzidos por mineradoras internacionais. Assim, a ilegalidade é também um traço expressivo dos conflitos por águas que se associam ao regime extrativista.

As expressões das lutas pelas águas como a defesa dos bens comuns e da cadeia eco-interdependente necessária à reprodução da vida

Revisitando os dados que informam a predominância de comunidades tradicionais no centro dos atingidos por tais conflitos (estando entre os sujeitos mais afetados 19% de ribeirinhos, 15% de quilombolas e 17% de povos indígenas), gostaríamos de finalizar esperançosas de que o caminho das águas traz pistas e forças, água mole em pedra dura tanto bate até que fura, para enfrentarmos parte do racismo estrutural que recai na forma de estigmatização e preconceitos sobre esses povos e comunidades tradicionais - e que movimentamos os dínamos da ofensiva conservadora e antiambientalista em curso.

RUPTURA POLÍTICA

Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil

No texto “Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021)”, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Luiz Jardim Wanderley, Amanda Guarniere Ribeiro, Pedro Catanzaro da Rocha Leão e Vinícius Martins da Silva apresentam uma importante análise dos dados de conflitos pela terra. Partindo de um olhar sobre a série histórica dos 10 últimos anos, entre 2011 e 2021, os autores diferenciam dois subperíodos: o primeiro entre 2011 a 2014 e o segundo, de 2015 a 2021. Esse recorte no tempo “nos permite entender com mais clareza as dinâmicas conflitivas no campo brasileiro no período em tela, sendo os anos 2014-2015 o ponto de inflexão, pois foi quando o Brasil passou a vivenciar o processo de ruptura política. No segundo período 2015-2021 podemos identificar, ainda, dois subperíodos: (1) os anos iniciais da ruptura política com o processo de impeachment de Dilma Rousseff e ascensão do Governo Temer (2015-2018); e (2) os três anos de Governo Bolsonaro (2019-2021).”

Os Conflitos por Terra no Brasil em 2021

No ano de 2021 registrou-se uma diminuição de aproximadamente 21% no número de ocorrências de conflitos por terra no Brasil em relação ao ano anterior. Porém, os autores apuram que na verdade o ano de 2021 reflete uma continuidade dos conflitos iniciados em 2015 com começo do golpe que retirou Dilma Rousseff do governo.

De acordo com os registros do Caderno de Conflitos 2021, “Em todo o período considerado, de 2011 a 2021, observamos a média anual de 1.029 ocorrências de conflitos por terra. No período da ruptura política (2015-2021), a média anual foi de 1.150 ocorrências, 12% maior. Nos três anos de Governo Bolsonaro (2019-2021), registrou-se a média anual de 1.359 ocorrências, 32% acima da média anual de toda série histórica considerada nessa análise”. Desse modo, é possível afirmar que a dinâmica dos conflitos em 2021 integra um acirramento dos conflitos no campo observado desde 2015.

No que diz respeito aos locais onde ocorreram os conflitos bem como o número de famílias envolvidas, Car-

los Walter Porto-Gonçalves, Luiz Jardim Wanderley e os demais autores observam a mesma dinâmica de continuidade do processo iniciado em 2015. Embora, o número de famílias aumente significativamente desde a posse do governo de Jair Bolsonaro.

quilombolas, posseiros e sem terra. De acordo com os mesmos, “Ante o atual governo (2019-2021), a proporção das ações protagonizadas pelos Grupos/Classes Sociais em Situação de Subalternização, que eram de cerca de 24% do total no período de 2011 a 2014, passou a corresponder a

odo considerado, das Populações Tradicionais, onde se destacam os Indígenas, os Quilombolas e outros povos/comunidades em posse real de uso da terra/território. Entre 2015 e 2021 a participação das Populações Tradicionais envolvidas em conflito chega a aproximadamente 68%

Foto: Amanda Costa



Natureza das Ações nos Conflitos por Terra e Grupos/Classes Sociais Implicado

Ao se traçar uma compreensão dos conflitos por terra em 2021, os autores levam em consideração que as ações que geram os conflitos se relacionam tanto às constantes investidas de fazendeiros, garimpeiros, grileiros e outros sujeitos sociais que buscam se apropriar do território “para negócio baseado na acumulação de capital” quanto aos sujeitos sociais, que em uma condição de subalternidade, buscam a terra de trabalho para garantia da produção/reprodução da vida, como indígenas,

aproximadamente 3% das ocorrências de conflito por terra. Já as Ações de Ataques a Direitos/Ações de Violência, praticadas pelos Grupos/Classes Sociais em Situação de Dominação, correspondem a cerca de 97% do total”.

Quanto aos dados relativos ao número de famílias implicadas em conflitos por terra nos últimos dez anos, fica nítido o grande aumento do número de famílias que sofreram invasão de suas terras desde o início do atual governo (2019-2021): nada mais nada menos que 206% a mais em relação a 2018. Ainda, o número de famílias que sofreu violência por meio de grilagem no mesmo período aumentou em 135%.

Segundo os autores, destaca-se também o protagonismo em todo o perí-

do total. O protagonismo das comunidades tradicionais “indica que está em curso um profundo processo expropriatório por parte do capital e das oligarquias, de um modo geral. Haja vista que são populações que não lutam pelo acesso à terra, como os Sem-Terra, mas sim pela permanência em seus territórios, já que estão em posse real de uso de suas terras/territórios.”

Contudo, apesar da intensificação das ações de violência com expulsões e despejos, é evidente proporção de ameaças que, não efetivadas em relação ao total dessas ações praticadas, indica uma enorme capacidade de resistência desses povos e comunidades.

UNIDADE

Solidariedade, Questão Agrária e Produção Camponesa

VALDENÍ VENCESLAU BEVENUTO

A solidariedade na classe trabalhadora

A solidariedade é tão antiga quanto as primeiras ferramentas criadas por nossos ancestrais para trabalhar na terra. A expressão simboliza a reciprocidade entre indivíduos que se unem por interesses e objetivos comuns.

Solidariedade no Antigo Testamento aparece como compaixão, bondade, piedade ou misericórdia, a exemplo do que encontramos em Zacarias (7. 9): “executai juízo verdadeiro, mostrai piedade e misericórdia cada um a seu irmão”.

Para a classe trabalhadora, o termo solidariedade é categoria de luta, forma de vivenciar os mesmos sentimentos de resistência dos que se uniram para ir à luta por melhores condições de trabalho e saírem da exploração e pobreza em que viviam.

Em resposta à tragédia provocada pelo governo atual, os movimentos sociais e a classe trabalhadora mantêm a solidariedade viva como algo bem maior do que o neoliberalismo propaga e propagandeia em rede nacional.

A solidariedade entre os camponeses e as camponesas em tempo de pandemia

Os camponeses e as camponesas organizavam sua vida social e econômica baseados na cooperação e na colaboração entre os membros da comunidade. Este era o princípio pelo qual os membros da comunidade deveriam se guiar como se fossem regras de suas relações sociais. A relação entre esse compromisso social, que chamamos de solidariedade, e o conflito agrário é uma das dimensões cotidianas vividas pelos povos do campo e por movimentos sociais de luta pela terra.

O surgimento da Covid-19 trou-

xe para a sociedade atual medo e muito luto provocados por milhares de mortes. A conjunção do vírus e da conduta do governo federal levou para a população mais empobrecida o desemprego e o aumento da desigualdade social. Mais uma vez aparecem as comunidades do campo promovendo ações de solidariedade e se

destinado para comunidades vulneráveis por todo o país, simbolizando, em tempos de crise, um dos principais elos entre luta pela terra e o povo da cidade, entre os empobrecidos e as empobrecidas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou, em 2021, 1921 manifestações de luta em todo o país, um aumen-

to de 42,5% em relação ao ano anterior, que marcou o número de 1348 manifestações. O aumento das manifestações de luta, em 2021, deu-se graças, também, às ações de solidariedade, com o total de 652, que ganhou forma em distribuições de alimentos para as populações que foram impactadas pela pandemia e pela crise econômica que vivemos.

governo, essas comunidades foram as que mais se uniram para diminuir a situação de fome e miséria de milhares de brasileiros e brasileiras. O Nordeste foi responsável por 265 ações de solidariedade em 2021, representando mais de 42% do total das realizadas em todo o país. O gesto do povo nordestino contrapõe-se à ideia disseminada por uma mídia classicista, que anunciava apenas ações das grandes empresas em rede nacional.

As ações de solidariedade também representaram a luta em defesa da Reforma Agrária e da garantia dos direitos dos povos do campo e do meio ambiente. Muitas populações camponesas que participaram desse tipo de manifestação estavam sendo vítimas de conflitos intensos, a exemplo das famílias agricultoras posseiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Comentários finais

Pensar um mundo de justiça social é pensar políticas e práticas ancestrais e atuais de solidariedade.

A experiência vivida durante a pandemia, em especial em 2021, é verdadeiro sinal de esperança e de construção de

outro mundo possível. Apesar dos numerosos conflitos agrários, das criminalizações e das perseguições, muitas delas promovidas com aceitação do próprio Estado, as ações de solidariedade realizadas pelos camponeses e pelas camponesas abrem nossos olhos para um cenário que, no contexto global atual, não são visibilizadas.

O lucro não pode estar no lugar da vida, a morte não pode ser a medida da realidade e a solidariedade pode ser a resposta que vem da terra, das águas e das florestas ao governo que autoriza os poderosos a expulsar trabalhadores e trabalhadoras de suas casas, de suas terras e da vida em comunidade.

*Editado por Tales Santos Pinto - CEDOC/CPT



Foto: Juan Dias

contrapondo às violências promovidas pelo Estado e por milícias armadas que defendem os poderosos.

Em 2020, ano marcado por dores e perdas em razão da pandemia e por um complexo panorama socioeconômico, a coletividade que brotou dos povos da terra agiu para amenizar a situação de miserabilidade vivida por boa parte da população. Assim, as ações de solidariedade no contexto da luta pela terra e da Reforma Agrária foram o eixo que juntou sentimentos e objetivos comuns de grupos que têm os pés na terra em caminho do apoio às populações mais vulneráveis.

Em 2021, essa grande movimentação dos povos do campo em torno da solidariedade fez com que um número expressivo de alimentos, frutos da luta pela terra/território e na terra/território, fosse

destinado para comunidades vulneráveis por todo o país, simbolizando, em tempos de crise, um dos principais elos entre luta pela terra e o povo da cidade, entre os empobrecidos e as empobrecidas.

Levando em consideração o contexto do campo, a solidariedade representou uma das principais bandeiras contra os impactos da pandemia e, mais ainda, contra as políticas genocidas do governo.

Esse contexto poderia ser desanimador para os povos da terra. A partir de um sentimento de pertença à classe trabalhadora, que mais sofreu durante a pandemia em razão das políticas desastrosas do

MINERAÇÃO E GARIMPO

Mineração, violência e crise: a “volta” do (neo)extrativismo

ALEXANDRE GONÇALVES
RUBEN SIQUEIRA

Os dados e informações de conflitos referentes à mineração, registrados pelo CEDOC/CPT, em 2021, possibilitam e mesmo impõem compreender a movimentação do setor econômico minerário e suas implicações na geração destes casos carregados de violência, sofrimento e destruição dos territórios, mas enfrentados pelos povos e comunidades do campo, suas vítimas, e questionados por boa parte da sociedade.

Ao analisar os dados dos últimos 11 anos (2011-2021), constatamos que, desde 2015, ano do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana -MG, os conflitos minerários tiveram um aumento significativo e mantiveram o patamar nos anos seguintes, com uma elevação nos últimos três anos (2019 a 2021). As médias anuais de casos de conflitos foram de 161 caso por ano nos últimos 11 anos e 251 nos últimos três anos. Veja:

Tabela 1 – Números e Conflitos de Terra e Água / Mineradora Brasil – 2011-2021

Eixo	Ano											Total
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Água	11	8	28	49	90	94	126	141	201	143	122	1013
Terra	44	38	27	56	75	96	70	63	82	99	105	755
Total	55	46	53	105	163	190	196	204	283	242	227	1768

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/CPT.

Entre os triênios de 2011 a 2013 (156 casos) e de 2019 a 2021 (752 casos), o aumento deste tipo de conflito foi de 383%. É mais que evidente o acirramento da conflictividade, provocada por mineradoras nos últimos anos. O que também corresponde ao aumento exponencial da área minerada no Brasil, que cresceu seis vezes entre 1985 e 2020, saltando de 31 mil hectares em 1985 para 206 mil hectares em 2020, um aumento de mais de 564%, segundo a MAPBIOMAS.

A geografia dos conflitos minerários mais incidentes

A tabela abaixo mostra que as ocorrências de conflitos minerários se deram em 12 dos estados da federação, em 2021. Salta aos olhos a concentração dos conflitos nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pará e Roraima.

Em 2021, do total geral de conflitos de terra (1.242), a mineração foi a causadora de 105 deles – 8%. Porém, do total de conflitos por água (304), os 122 da mineração perfazem 40,1%, o que a torna a maior causadora, quase o dobro do segundo causador – os empresários de outros setores com 66.

O mesmo pode se constatar com relação ao número

de famílias vitimadas pelos conflitos em 2021: se o número delas em conflitos por terra/mineração foi de 9.289, o que significa 6% do total de atingidas em violências por terra (164.782 famílias), o número delas em conflitos por água/mineração foi de 27.607, o que significa 49% do total de famílias atingidas por violências por água (56.135).

A média de conflitos por terra e por água com a mineração, nos 10 anos, de 2011 a 2020, é de 154 por ano. A média dos três últimos anos, incluindo 2021, é de 251, o que revela uma intensificação ainda maior destes conflitos. Veja:

Tabela 2 – Média de Conflitos por Terra e Água / Mineração 2011/2020 e 2019/2021

Eixo	Estados			Total
	BA	MG	PA	
Água	1845	3596	143	122
Terra	1343	364	6391	8098
Total	3188	3960	18462	25610

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/CPT.

Quanto a conflitos por trabalho no setor, são todos de trabalho escravo: foram registrados 11 casos em áreas de mineração e garimpo, todos no Pará (5 em Cumaru do Norte), com 154 trabalhadores adultos e três menores escravizados, sendo 51 resgatados desta condição. Quanto ao número de famílias vitimadas nestes conflitos por terra e por água com mineradoras, em 2021, nos três estados mais conflitivos, o quadro é o seguinte:

Quanto às categorias dos vitimados nos conflitos minerários, destacam-se os povos indígenas, 28% dos conflitos. O que tende a se agravar com a insistência do setor minerário apadrinhado pelo governo federal em suspender as salvaguardas existentes e abrir as Terras Indígenas à exploração minerária e ao garimpo.

Bahia, na região do Semiárido, Minas Gerais, no Cerrado/Mata Atlântica, e Pará, na Amazônia perfazem 158 conflitos por terra e por água com mineradoras, 69% do total – números que falam por si.

Conflitos com Garimpo

O aumento do número de conflitos relacionados ao garimpo (nos eixos Terra e Água) saltou de 1 (um) em 2011, para 81 em 2021.

A partir de 2010: a expansão foi de 6,5 mil hectares por ano – em comparação com o período entre 1985 e 2000, quando foi de 2,2 mil hectares por ano. Os povos indígenas, suas terras e as unidades de conserva-



Foto: Mário Manzi

ção, praticamente todos os casos na região amazônica, são os mais afetados.

A quase totalidade do garimpo é de ouro e ilegal, o que favorece a violência. Calculam-se em 229 toneladas de ouro ilegal comercializado no Brasil, entre 2015 e 2020, cerca de metade da produção nacional, 54% oriundos da Amazônia. É ilegal também este garimpo porque utiliza o mortal mercúrio, estimado em 100 toneladas despejadas nos rios e solos da Amazônia, entre 2020 e 2021.

A expansão do garimpo é violenta: foi uma agressão registrada em 2021, 101 mortes em consequência, e 3 assassinatos. O avanço e a violência do negócio ilegal do garimpo geram muitos efeitos que violam direitos indígenas e da natureza, pela invasão dos territórios, contaminação dos rios, assassinatos, agressões, destruição ambiental. Também criam um

“cerco”, que além de impedir o acesso dos povos e comunidades aos seus territórios, para pesca, caça, coleta etc., impedem que os serviços de saúde sejam acessados por eles, causando agravamento de doenças e mortes por falta de assistência. Além do assassinato de três pessoas indígenas Yanomamis,

os 101 casos de morte em consequência do garimpo – e da omissão e conivência do Estado – mostram a gravidade desta situação, como na violência brutal das duas crianças sugadas pelas dragas dos garimpeiros e das duas crianças afogadas na fuga dos ataques dos garimpeiros, todas na Terra Indígena Yanomami.

A resistência popular

Denúncias e reivindicações relativas a mineradoras, em 2021, estiveram explicitamente presentes em 53 manifestações públicas populares de luta, com 3.535 participantes, em vários estados. Destaque para Minas Gerais com 24 manifestações, a metade do total, com 2.610 participantes.

Tabela 3 – Número de Famílias nos Conflitos por Terra e por Água / Mineração – BA/MG/PA – 2021

Eixo	Ano			
	2011 – 2020	2019	2020	2021
Conflitos	1541	283	242	227
Água	891	201	143	122
Terra	650	82	99	105
Total	154		251	

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/CPT.

MASSACRES

“Novas Plantations”: Efeitos Brutais e Desumanidade

ALFREDO WAGNER
BERNO DE ALMEIDA

As agroestratégias articulam-se integralmente não apenas com os objetivos da extração mineral empresarial, nesta conjuntura de tendência ascensional dos preços das commodities, mas também com ações de madeiras e de garimpagem ilegal.

A ilustração mais conhecida que celebra esta articulação refere-se ao chamado “Dia do Fogo”, ocorrido no Pará em 10 de agosto de 2019, a partir de municípios como Novo Progresso, às margens da BR-163. Dois anos depois, é possível constatar que áreas incendiadas foram transformadas em plantações de soja.

O contraste entre a desumanidade destes atos brutais e a “modernidade” dos códigos jurídicos me impele a apresentar as práticas violentas concernentes aos conflitos de terra e pela água registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no decorrer de 2021, que abrangem assassinatos, mortes decorrentes de conflitos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, prisões, torturas e agressões físicas com ferimentos cortantes e lesões corporais.

Correspondem a 35 assassinatos em conflitos de terra, sendo 33 homens e duas mulheres. Duas destas ocorrências consideram-se como massacres, em que pelo menos três indígenas Moxinatêlêma, indígenas isolados, foram chacinados na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, e três sem-terra ou “acampados” foram assassinados no Acampamento Ademair Ferreira, em agosto de 2021, em Rondônia.

No mesmo período ocorreram 109 mortes em decorrência de conflitos, bem como 27 tentativas de assassinato e 132 ameaças de morte. Registram-se 75 agressões físicas, intimidações e tentativas humilhantes de subjugação, e 13 ocorrências de tortura praticadas principalmente por agentes privados designados como “fazendeiros”. Estes delitos de homicídio são deliberados e atingem notadamente lideranças de comunidades e sindicalistas, que resistem à usurpação.

Os dados assinalam pelo menos 400 famílias vivendo em acampamentos, sendo que 240 delas se posicionam como posseiros, 150 como sem-terra e 10 autodefinem-se como indígenas.

Mais de 71 milhões de hectares estiveram ou estão em situações de conflito, equivalendo a 8,35% do território nacional. As terras indígenas correspondem a 81% das

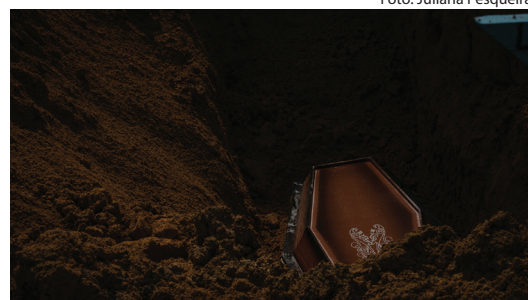


Foto: Juliana Pesqueira

áreas em situação de tensão social e conflito, seguidos por sem-terra e posseiros.

O total de famílias atingidas pelas ocorrências de conflitos de terra, em 2021, reflete a tendência ascensional dos últimos cinco anos, correspondendo a 164.782, sendo que 17.706 dentre elas encontram-se ameaçadas de despejos judiciais. Vale reiterar que a área total destas ocorrências de conflito perfaz mais de 8,3% da superfície do País. De igual modo aumentaram significativamente nos últimos 5 anos, os registros de conflitos por água: em 2016, assinalavam 172 ocorrências atingindo 44.471 famílias, e agora indicam 304 ocorrências envolvendo 56.135 famílias.

Do total de 35 assassinatos, 14 foram de integrantes de povos e comunidades tradicionais, sendo: 10 indígenas e 03 quilombolas.

Todos estes assassinatos vitimaram agentes sociais que estavam em terras tradicionalmente ocupadas, devidamente protegidos pelo Art. 231 da Constituição de 1988 ou pelo Art. 68 do ADCT.

Outra ação deliberada dos agressores é usurpar terras públicas e terras ocupadas sem a garantia definitiva do título. Nesta categoria têm-se os sem-terra, os posseiros ou os assentados em situação de esbulho. No que concerne a estes, registra-se 15 assassinatos, a saber: 06 posseiros e 09 sem terra

E no que diz respeito aos que mantêm relações com a terra plenamente reconhecidas em termos provisórios ou em vias de titulação tem-se: 02 assentados e 02 pequenos proprietários por grileiros.

Massacres

Dentro deste mesmo quadro tem-se as séries de ataques por mais de dez dias perpetrados por garimpeiros fortemente armados contra aldeias Yanomami. Estima-se que haja cerca de 20 mil garimpeiros invadindo o território.

Em novembro de 2021, a Hutukara divulgou ataques de garimpeiros na região

do alto rio Apiaú, em Mucajá, região sul de Roraima, resultando no assassinato de três Moxihatêlêma entre agosto e setembro, próximo a um garimpo denominado “Faixa Preta”. A organização enviou um documento relatando o massacre às instituições públicas competentes.

Outro massacre foi registrado no decorrer de 2021, ocorrido na ocupação chamada “Acampamento Ademair Ferreira”, no distrito rural de Novas Mutum Paraná, que dista 150 km de Porto Velho, capital de Rondônia.

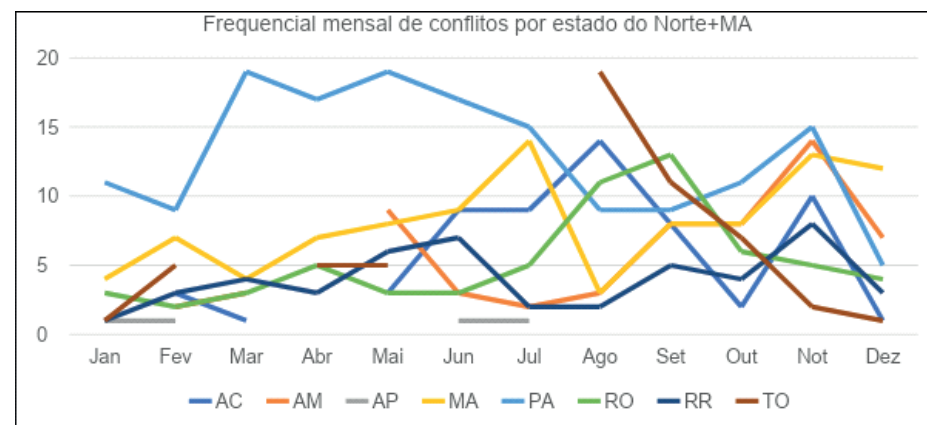
Durante uma ação, em 13 de agosto de 2021, do Batalhão de Choque e do Batalhão de Operações Especiais no referido acampamento, foram mortos três “acampados”: Amarildo Aparecido Rodrigues, Amaral José Stoco Rodrigues e Kevin Fernando Holanda de Souza. Dois deles foram mortos a tiros em sua própria roça, enquanto capi-

navam. Os corpos foram encontrados sem vida com uma mochila e uma garrafa de água ao lado de uma poça de sangue.

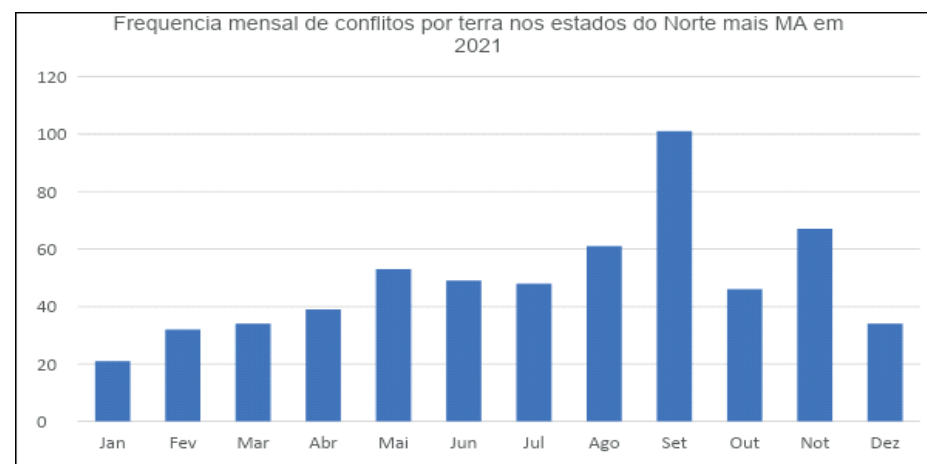
Tempo da Violência

O tempo dos conflitos de terra e da violência sempre foi associado na Amazônia ao chamado “verão” ou à estação não-chuvosa. Nos três últimos anos o cenário mudou: conflitos têm ocorrido antes do “verão”, o que está se tornando uma constante, basta consultar os índices de desmatamento.

Há inclusive situações de completa inversão como no caso do Pará, que apresenta, em 2021, um maior número de conflitos no “inverno amazônico”, justamente na estação chuvosa”. Veja-se, a propósito, o aumento vertiginoso da área desmatada ou devastada nos meses de fevereiro a junho de 2021, ou seja, em pleno inverno amazônico, quando se registra um recorde no índice de alagações, medida na tábuca métrica no porto de Manaus.



Fonte: Dados cf. CPT 2021, elaborado por Gabriel Locke, PNCSA



Fonte: Dados cf. CPT 2021, elaborado por Gabriel Locke, PNCSA

ECONOMIA DA DESTRUIÇÃO

A violência estrutural dos conflitos agrários no Brasil

AFONSO M. DAS CHAGAS

Políticas e Economia de Destruição

Ao lado das “políticas de morte” sinalizadas na atual conjuntura política, consuma-se a também chamada “economia da destruição”, sobretudo pelo estímulo e tolerância ao latifúndio agroexportador. A lógica desta “economia da destruição” sustenta-se na reprimarização da economia como vetor de desenvolvimento.

Do Matopiba para a Amacro: a reorganização do capital na Amazônia

No mesmo laboratório da Inteligência territorial da Embrapa, lá onde foi gestado o Matopiba, cria-se uma nova região, integralmente localizada na Amazônia Legal: a Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, batizada também com seu acrônimo específico de Amacro (Sul do Amazonas, Leste do Acre e Norte de Rondônia).

Tabela 1 – Uma violência reeditada: um passado que insiste em persistir (2017- 2021)

	2017	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra	1.239	1.177	1.311	1.608	1.295
Número de famílias envolvidas	103.710	111.827	143.238	171.625	164.782
Ocupações/retomadas	193	157	46	29	50
Área dos conflitos (hectares)	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957	71.242.732
Famílias atingidas por Ameaça de despejo judicial	29.387	23.093	25.813	15.718	17.706
Famílias atingidas por Despejo judicial	13.311	11.320	10.719	1.906	2.143
Famílias atingidas por Pistolagem	17.007	10.006	10.256	8.937	16.031
Famílias atingidas por Expulsão	1.517	2.307	1.336	469	555

Fonte: CPT (2022)

Ao longo dos últimos cinco anos (2017-2021), a violência no campo manteve-se em grande escala, acima de 1.200 ocorrências, nos últimos três anos. A violência sob encomenda (pistolagem), imposta pela Política da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), do Governo Bolsonaro, cresceu vertiginosamente no ano de 2021.

Conforme a tabela apresentada, no ano de 2021 foram 2.143 famílias despejadas, um aumento em 237 famílias em relação ao ano de 2020.

A destruição da sobrevivência como lição prática do latifúndio

A violência que destrói casas, pertences e roçados, para além do elemento do ódio semeado e alimentado, traduz-se na aplicação de uma técnica, tão antiga como também moderna, correlata à estrutura do latifúndio, como meio próprio da sua condição - tanto de possibilidade quanto de sustentação.

Tabela 2 – Destruição de casas, pertences e roçados (2022)

Famílias afetadas pelas violências	2017	2018	2019	2020	2021
Destruição de casa	4.637	3.781	1.827	1.991	6.269
Destruição de pertences	4.330	3.566	5.872	4.425	8.306
Destruição de roçados	3.613	1.776	2.212	2.712	3.885

Fonte: CPT (2022)

Ilustra bem este quadro o fato que no Acre, em 2021, dos 60 registros de conflitos no campo, 51 estavam regionalizados na região da Amacro. Dos 97 casos de conflitos no campo, do Maranhão, 84 foram identificados na Região do Matopiba. Em números ampliados, ao se comparar as duas regiões, temos o seguinte: das 299 ocorrências totais dos 04 Estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), 166 ocorrências só na região específica do Matopiba. Das 182 ocorrências totais dos 03 Estados (Amazonas, Acre e Rondônia), 133 ocorrências na região específica da ZDS Abunã-Madeira (AMACRO).

A prática da terra arrasada como “custo inerente” do desenvolvimento

Em 2021, conforme o Imazon, a floresta amazônica viveu seu pior

ano, em termos de desmatamento, 29% maior do que o registrado em 2020. No triênio (2019-2021), o ranking aponta o Pará (43%) como o Estado mais desmatado, seguido por Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Em termos proporcionais ao território, o Acre é o Estado que mais perdeu área de floresta.

atuação da “pistolagem sob encomenda” e das “agromilícias”, ao lado da repressão estatal-militar ocasionaram 35 assassinatos por conflitos no campo, no Brasil.

Contra os povos indígenas foram mais de 973 ocorrências de conflitos por terra e mais de 484 ocorrências contra os remanescentes de quilombolas.

Foto: Andressa Zumpano



Na região do Matopiba, Maranhão foi o estado que teve a maior área de vegetação nativa desmatada, seguido por Tocantins e Bahia. Entre os municípios que mais desmataram no Cerrado, nove estão no Matopiba. Balsas, no Maranhão, celeiro do agronegócio do Matopiba, desponta como o município que mais desmatou o Cerrado no último ano, perfazendo no triênio 2019-2021, 62.431 hectares desmatados.

Chama a atenção a escalada da violência contra os quilombolas no Maranhão com 43 ocorrências. Uma violência que não só agride e mata como também deixa seu recado, qual seja: para a expansão do capital e do agronegócio, os territórios tradicionais devem ser eliminados.

Em Rondônia, foram 12 assassinatos nos últimos 02 anos, a maioria ligados ao movimento social, na luta e disputa pelas ocupações em terras públicas. A criminalização, na versão Estado-judiciário, também

Tabela 3 – Ocupações e Retomadas – ocorrências e nº de famílias (2017-2021)

	2017		2018		2019		2020		2021	
	Nº de casos	Famílias	Nº de casos	Famílias	Nº de casos	Famílias	Nº de casos	Famílias	Nº de casos	Famílias
Norte	32	3.360	25	3.232	14	1.052	12	674	13	687
Nordeste	49	5.494	60	6.510	13	1.145	5	234	12	559
Centro-Oeste	28	4.443	17	1.562	8	1.154	5	180	2	100
Sudeste	60	6.823	40	5.644	6	432	4	207	19	3.386
Sul	24	2.239	12	1.053	5	125	3	96	4	29
BRASIL	193	22.359	157	18.017	46	3.908	29	1.391	50	4.761

Fonte: CPT (2022)

Ocupar e retomar: as expressões da resistência

Somente nos estados da Amazônia legal, historicamente região de resistência, foram 28 assassinatos em 2021. A

se intensificou com a prisão de 114 camponeses, camponesas e lideranças, em uma escala nunca tão sentida, no Estado.

*Editado por Andressa Zumpano – Assessoria de Comunicação CPT Nacional

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2021

“Outros Yanomami não vão ser criados depois de nós. Quando os garimpeiros acabarem com os Yanomami, outros não vão surgir de novo assim...”
Se os garimpeiros continuam a andar em nossa floresta, se eles não voltam para o lugar deles, os Yanomami vão morrer, eles vão verdadeiramente acabar. Não vai haver pessoas para nos curar. Os brancos que nos curam, médicos e enfermeiras são poucos. Por isso, se os garimpeiros continuarem trabalhando em nossa mata, nós vamos realmente morrer, nós vamos acabar, só vai sobreviver um pequeno grupo de nós. Já morreu muita gente, e eu não queria que se deixasse morrer toda esta gente... Mas os garimpeiros não gostam de nós, nós somos outra gente e por isso eles querem que nós morramos... Eles querem ficar sozinhos trabalhando. Eles querem ficar sozinhos com nossa floresta. Por isso estamos muito assustados. Outros Yanomami não vão ser criados depois de nós. Quando os garimpeiros acabarem com os Yanomami, outros não vão surgir de novo assim... não vão, não. Omamë já foi embora deste mundo para muito longe e não vai criar outros Yanomami... não vai não.

Davi Kopenawa, em entrevista a Bruce Albert, CEDI, Brasília, 09/03/1990.

“[Enquanto Pastoral da Terra] "devemos estar a serviço do verdadeiro bem comum, procuramos estar perto destas pessoas e famílias ameaçadas e que sofreram algum tipo de violência, injustiça e crime. Estar perto para ser solidário, encorajar, proteger, mas, também, ajudar a divulgar o que acontece e que não encontra espaço nos meios de comunicação, mesmo até nos que são chamados de “inspiração católica”. Estar perto para ajudar no encaminhamento de ações jurídicas e na incidência política para combater as muitas tentativas de mudanças na legislação brasileira, sempre para ajudar o dono do capital e prejudicar o camponês, o ribeirinho, o assentado, o pescador artesanal, o seringueiro, o quilombola.”

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira - Presidente da CPT Nacional

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil | R\$ | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
CNPJ: 02.375.913/0001-18 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA